



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
CEAT – CENTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DO TRABALHO**

Linha de Pesquisa:

O Ensino de Geografia (Educação do Campo)

RAFAEL MAXI DE OLIVEIRA GOMES

**PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA SAPÉ-PB**

**GUARABIRA/PB
2014**

RAFAEL MAXI DE OLIVEIRA GOMES

**PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA SAPÉ-PB**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba Campus III – Guarabira (PB), para obtenção do título de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

**GUARABIRA/PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633p Gomes, Rafael Maxi de Oliveira
Paradigmas da educação do/no campo: [manuscrito] : estudo de caso no assentamento Nova Vivência Sapé-Pb / Rafael Maxi de Oliveira Gomes. - 2014.
46 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de Geografia".

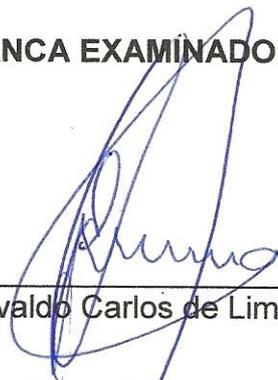
1. Questão agrária. 2. Educação do campo. 3. Assentamento. I. Título.

21. ed. CDD 370

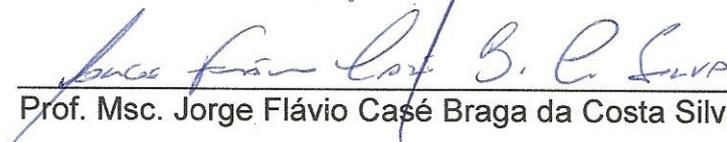
RAFAEL MAXI DE OLIVEIRA GOMES

**PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA SAPÉ-PB**

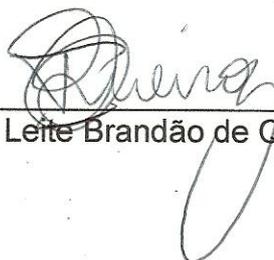
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima CH/UEPB



Prof. Msc. Jorge Flávio Casé Braga da Costa Silva UFPB



Prof. Msc. Thiago Leite Brandão de Queiroz CH/UEPB

Aprovado em 03/12/14

**GUARABIRA/PB
2014**

“O viver isto é, a faculdade de dispor de condições dignas de vida, tem sido apenas uma esperança, uma promessa que se repete sempre e nunca se concretiza”.

(Paulo Martinez)

DEDICATÓRIA

Aos camponeses (as) em geral, que através de sua luta para conquistarem a terra e permanecerem nela me mostraram a real situação vivenciada por eles. Aos moradores do Assentamento Nova Vivência, que através de seus relatos empíricos decorrentes do campo me concederam grandes conhecimentos. E enfim a todos que me ajudaram direta e indiretamente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que pela sua infinita misericórdia me concedeu sabedoria e inteligência. Aos meus familiares que sempre me apoiaram e estimularam a continuar meus estudos, em especial meus pais, José Gomes Filho e Maria Elza de Oliveira que fizeram o possível para me conceder o necessário durante a minha trajetória. A minha namorada, noiva e futura esposa Jaqueline Flor, pela paciência, amor e carinho nos momentos de desespero. Aos meus amigos e companheiros de luta da graduação, Joseline, Gilvânia, Luzia de Fátima e Estevão e Feliciano Laís que me motivaram nos momentos mais difíceis e não posso esquecer meu companheiro de pesquisa Emmanuel Paulino de Luna.

Ao Grupo de Pesquisa CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho), que me proporcionaram enriquecer meus conhecimentos através dos constantes debates nos encontros semanais. A todos os professores da graduação em geografia pela mediação ao conhecimento.

Agradeço de maneira especial ao Professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima pela orientação, observação e contribuições que direcionaram meu trabalho ao êxito e ao Professor Msc. Alexandre Peixoto Faria Nogueira, que nas suas excelentes ministrações das disciplinas que cursei me motivaram a analisar e compreender mais a fundo os movimentos sociais, principalmente do campo.

Enfim a todos os camponeses (as) do Assentamento Nova Vivência e aos demais pela permissão de adentrar em suas casas e partilhar um pouco do cotidiano de cada um, buscando compreender cada vez mais a questão agrária brasileira.

043. Curso Licenciatura Plena em Geografia

GOMES, Rafael Maxi de Oliveira. Paradigmas da Educação do/no Campo: Estudo de caso no Assentamento Nova Vivência Sapé-PB. Monografia (Curso de Geografia, UEPB, na Linha de Pesquisa: O Ensino de Geografia (Educação do Campo), orientado pelo Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima). 2014. 46p

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima – Orientador CH/UEPB

Prof. Msc. Jorge Flávio Casé Braga da Costa Silva – Examinador UFPB

Prof. Msc. Thiago Leite Brandão de Queiroz – Examinador CH/UEPB

Resumo

A questão agrária brasileira é marcada pelos grandes conflitos, onde de um lado se encontra a grande massa trabalhadora e do outro os grandes capitalistas latifundiários detentores do poder no Espaço Agrário. Isso não acontece apenas na atualidade, mas desde a colonização do Brasil. Estes e outros fatores nos incentivaram a compreender um pouco mais sobre a questão agrária brasileira de modo geral e de maneira mais particular os paradigmas da Educação do Campo, que concomitantemente ao problema agrário, não são poucos. O referido trabalho ocorreu no Assentamento Nova Vivência zona rural do município de Sapé-PB. Objetivamos analisar a importância da Educação do Campo no processo de Reforma Agrária. Para chegarmos ao nosso objetivo e confirmarmos ou não nossas hipóteses, adotamos vários procedimentos metodológicos, inicialmente fizemos levantamentos bibliográficos, posteriormente prosseguimos com a pesquisa de campo, realizamos as entrevistas e os registros fotográficos. Dessa forma buscamos entender que a educação do/no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas, nisso frisamos que uma educação do campo e para o campo é imprescindível.

Palavras-chave: Questão Agrária, Educação do Campo e Assentamento.

043. Curso Licenciatura Plena em Geografia

GOMES, Rafael Maxi de Oliveira. Paradigmas da Educação do/no Campo: Estudo de caso no Assentamento Nova Vivência Sapé-PB. Monografia (Curso de Geografia, UEPB, na Linha de Pesquisa: O Ensino de Geografia (Educação do Campo), orientado pelo Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima). 2014. 46p

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima – Orientador CH/UEPB

Prof. Msc. Jorge Flávio Casé Braga da Costa Silva – Examinador UFPB

Prof. Msc. Thiago Leite Brandão de Queiroz – Examinador CH/UEPB

Abstract

The question Brazilian agrarian is marked by the great major conflicts, where one side is the great mass of workers and of the other the great capitalist power holders. This happens not only in the topicality, but since the colonization of Brazil. These and other factors encouraged us to understand a little more about the question Brazilian agrarian in general and in a manner more particular the paradigms of Field Education, that concomitantly the agrarian problem, are not few. The aforementioned work took place in Settlement Nova Vivência, rural zone of the municipality of Sapé-PB, having as main objective analyze the importance of Field Education in the process of Agrarian Reform in the ambit of the Settlement. For we arrive our objective and we confirm our hypotheses or not, we adopted several methodological procedures, Initially we made bibliographic surveys, subsequently we proceed going to the local, we made the interviews and the photographic records. Thus we seek to understand that education of / in the field has characteristics and necessity own for the student of the field in their cultural space, without giving up its plurality as a source of knowledge in several areas, so we stressed that a field education and to the field is essential.

Key-words: Agrarian Question, Field Education and Settlement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil medida pelos imóveis – 2003/2010.	14
Tabela 2: Região Nordeste – imóveis rurais: número e área.	17

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plantação de acerola.	27
Figura 2: Plantação de hortaliças.	27
Figuras 3 e 4: Utilização de agrotóxico na vegetação	28
Figura 5: Criação de galinhas.	28
Figura 6: Criação de patos.	28
Figuras 7 e 8: Conteúdo ministrado pelos Professores na escola do Assentamento	35
Figuras 9 e 10: A precariedade da escola do Assentamento.	36

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Preservação Ambiental
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EC – Educação do Campo
EMEIFANV – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Assentamento Nova Vivência.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCL – Movimentos de Comissões de Luta
MLT – Movimento da Luta pela Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
VC – Via Campesina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 UM BREVE HISTÓRICO DO CAMPESINATO NO BRASIL	13
2.1 O CAMPESINATO NO NORDESTE	15
2.2 AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA	17
2.3 A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	19
3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA	24
3.1 A AGRICULTURA E A PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA	25
4 OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO	30
4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	31
4.2 ANÁLISE DA ESCOLA DO/NO CAMPO NO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA	33
4.3 ESCOLA DO CAMPO OU NO CAMPO?	36
5 CONSIDERAÇÕES	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS	45
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	46

1 INTRODUÇÃO

Desde sua colonização o Brasil se destaca por grandes conflitos territoriais. O maior exemplo disso foi à forma cruel e sanguinária com que os colonizadores, principalmente os portugueses trataram os indígenas que aqui já habitavam. Diferente destes que tinham a terra como mercadoria que poderia ser comercializada ou possuída, os indígenas visavam a terra como um bem comum da natureza, um meio de sobrevivência, a fonte da vida.

Hoje não está diferente. Fala-se muito de Reforma Agrária, mas nada se faz concretamente e pessoas continuam sofrendo sem ter onde produzir o seu alimento. Apesar de pensarmos em algo que muitos consideram uma utopia continuamos firmes e crentes na mudança.

Diante desses pressupostos previamente relatados e a partir das exposições dos professores Edvaldo Carlos de Lima e Alexandre Peixoto Faria Nogueira em suas respectivas disciplinas que denotavam a real situação dos camponeses, surge em nós o ímpeto desejo de nos aprofundarmos nos estudos agrários buscando entendê-los para além dos livros.

Assim iniciamos o presente trabalho como já comentado, buscando entender como se formou a atual situação agrária do Brasil, e percebe-se que não mudou muito comparando com o momento da colonização, pois não beneficia os camponeses, apenas maquiou-se para continuar mantendo a maior parte das terras nas mãos de pouquíssimas pessoas.

Podemos constatar essa situação nos processos de formação dos assentamentos em todas as regiões do país. Conforme afirmam Bamat; Leno Neto (1998):

Muito se tem discutido sobre a necessidade de realização da reforma agrária no campo brasileiro, mas pouco se tem avançado na reflexão sobre os caminhos trilhados e os resultados alcançados, até o presente momento, pelo modelo de reforma agrária implantado pelo Estado, através dos assentamentos rurais do INCRA (BAMAT; LENO NETO, 1998, p.43).

Os assentamentos são formados, porém não é o fim da luta, pois a partir do momento em que tem a posse da terra, continua a luta para se manter nela. Os

incentivos, a capacitação técnica, a irrigação e a Educação do Campo são elementos imprescindíveis para o desenvolvimento do assentamento, mas na maioria deles, principalmente no Nordeste isso não ocorre de maneira fluente.

Dessa maneira a atual pesquisa consiste num estudo de caso localizado no Assentamento Nova Vivência, zona rural da cidade de Sapé-PB e visa analisar a importância da Educação do/no Campo no processo de Reforma Agrária, além de relatar o processo de luta e ocupação das terras e sugerir medidas que possibilitem uma educação do campo e para o campo.

O termo educação do campo tem sido bem discutido em muitos eventos acadêmicos, o que tem contribuído para o desenvolvimento desse termo mesmo em pequena escala. Ao contrário dos eventos, no cenário político esse tema vem sendo discutido devido as constantes lutas que historicamente sempre foram travadas entre os camponeses e latifundiários. Para os políticos os pequenos avanços surgem como uma nova forma de “beneficiar” os camponeses que ainda são considerados por muitas pessoas, ignorantes, sem conhecimento algum e que não podem contribuir em nada. Mas vale salientar como já discutido anteriormente que a educação do campo tem seus fundamentos na vivência do camponês e busca capacitá-los para continuarem vivendo no campo de maneira digna.

Conseqüentemente se não há uma educação do campo e para o campo os camponeses são obrigados a partirem de seus lares por causa do avanço do capitalismo no espaço agrário, ou seja, são expropriados do seu meio de produção. Se caso não haja um combate esse problema vai continuar de maneira exacerbada, pois sem a consciência e o apoio para permanecer no campo as pessoas vão em busca de melhores condições de vida na cidade. Fica assim claro que a implantação da educação do campo precisa ser analisada, principalmente nos assentamentos de Reforma Agrária para que realmente se chegue à conclusão se está ocorrendo a Educação do Campo ou a educação rural, aquela mesma oferecida na cidade só que localizada no campo.

2 UM BREVE HISTÓRICO DO CAMPESINATO NO BRASIL

O histórico do desenvolvimento do campesinato no Brasil está marcado por grandes conflitos dos Movimentos Sociais do campo com os grandes latifundiários. Como podemos destacar desde o início da colonização do Brasil os colonizadores se aproveitavam da “inocência” dos indígenas para se apropriarem das terras como mercadoria, como forma de adquirir poder, assim surgindo supostamente os primeiros conflitos de luta pela terra. Eles (os indígenas) lutavam por um direito que lhes fora tirado: usar a terra como um bem comum de todos para suprir suas necessidades, e não como uma propriedade exclusiva (monopólio).

Para Oliveira (2007, p.18) “o Brasil, na sua condição de colonização de exploração europeia, teve desde seu processo de formação do território implantado um modelo de mercado para exportação, que abastecia o mercado europeu”. Priorizando a produção em grande escala, ou seja, a monocultura, o que permanece até hoje e impede a permanência das famílias camponesas na terra devido à disparidade existente entre as condições de produção do camponês (para subsistência) e do capitalismo (para o acúmulo de capital).

Desse modo, o que resta ao homem do campo é apenas vender a sua força de trabalho como forma de garantir o sustento de seu povo, e em segundo lugar manter viva a esperança de um dia conseguir o tão esperado “pedaço de chão”. Em meio aos conflitos e embates da questão agrária surge a Educação do Campo, “um espaço propício para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica” (SOUZA, 2006, p. 24). Podemos assim entender que a Educação do Campo propicia uma forma de conhecer a si próprio, ou seja, um retorno e recuperação de particularidades da trajetória vivida pelo camponês, que atualmente vem sendo esquecida.

Como afirma Andrade (1986):

O termo camponês, geralmente usado na Europa e Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedicava à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores rurais, até meados do século XX (Andrade, 1986, p. 6).

A partir deste mesmo século, com a organização e o apoio a esses movimentos foi que o termo se popularizou dando origem às chamadas ligas camponesas, que assim como os demais Movimentos Sociais do campo visam combater as desigualdades existentes entre o latifundiário e o camponês, ou seja, a distribuição de terras para quem na terra trabalha, vive e produz. Para os camponeses, possuir a terra, excede os valores que o sistema atual impõe para a sociedade, pois os mesmos a veem como um meio de reprodução da vida, onde para os capitalistas ela é vista como uma mercadoria que apenas serve para comercialização e acúmulo de capital. (SILVA, 2011 et al). Na tabela 1 abaixo podemos ver o aumento significativo das grandes propriedades.

**Tabela 1: Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil
Medidas pelos Imóveis – 2003/2010**

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93

Fonte: Teixeira, 2011

Como podemos ver na tabela acima a grande propriedade no Brasil aumentou significativamente durante os anos de 2003-2010, crescendo 48% a sua área, enquanto a pequena propriedade no mesmo período de tempo aumentou apenas 19,7%. É um grande absurdo constatarmos isso, mas é a realidade do nosso país, e a solução dessa realidade é a redistribuição de terras para aqueles que necessitam, ou seja, os camponeses.

Para Costa e Carvalho *In* Caldart (2012, p. 115 et al) “o Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. Onde as mesmas interagem entre si, criam regras de convivência e usufruem de um dado espaço com delimitações”. Diferente dos latifundiários que quando usam a terra, fazem isso

apenas para aumentar ainda mais a sua riqueza e em consequência a desigualdade social.

2.1 O CAMPESINATO NO NORDESTE

Como nos demais Estados brasileiros o Nordeste não ficou isento dos conflitos que correspondem às expropriações de terras de maneira ilegal pelos latifundiários. Assim discutir no Brasil e principalmente no Nordeste a questão agrária é entrar em um mundo de conflitos físicos e ideológicos que permeiam a história do camponês desde a colonização do país. As divisões em grandes lotes de terra no período imperial, conhecidas como Sesmarias, cedidas pela Coroa Portuguesa deram início as grandes propriedades (latifúndios) que se utilizavam da mão de obra escrava de negros e índios para a exploração da terra. Desse modo, as revoltas e conflitos eram inevitáveis (LIMA, 2013).

Como forma de amenizar os conflitos, no ano de 1850 cria-se a Lei de Terras que, supostamente, seria para facilitar o acesso a terra para todos, mas de que maneira? Se ela determinava que só poderia adquirir terras aqueles que por elas pudessem pagar, ou seja, apenas os ricos da época, dessa forma os pobres continuariam na mesma condição de miserabilidade. Assim para Lerrer (2003, p.34) *apud* Lima (2013, p.33) essa Lei surge como “um novo direito de propriedade pensado de modo a garantir o poder dos fazendeiros” “transformando-se em um mecanismo de institucionalização do latifúndio afiançado” (LIMA, 2013, p.33).

Podemos destacar alguns conflitos significativos que ocorreram na Região Nordeste no período da independência do Brasil, como a Guerra dos Cabanos, a Balaiada, a Revolta dos Negros Malés na Bahia, Revolução Praieira¹, entre outras e tudo foi gerado por causa da insatisfação do povo, pois não viam vantagem na separação de Portugal, onde apenas iria acontecer a troca de obediência a Lisboa para o Rio de Janeiro (ANDRADE, 1986).

Também com uma importância significativa tivemos as revoltas dos cangaceiros e dos fanáticos, movimentos ligados ao banditismo² e messianismo³

¹ Para saber mais sobre essas revoltas ocorridas no na Região Nordeste, recomendamos o ² livro de ANDRADE, Manuel Correia de. A Trajetória do Brasil (de 1500 a 2000). São Paulo: Contexto, 2000.

² _____.

³ _____.

que devem ser reconhecidas como revoltas camponesas. Expulsos das suas terras e sem o produto de seu trabalho buscaram outros meios/alternativas para lutarem por seu direito (Op. Cit), não queremos aqui justificar os atos que ocorreram, porem cada um procura lutar com as armas que possuem, como atualmente acontece com os movimentos que buscam e anseiam pela Reforma Agrária.

A Reforma Agrária que muitos dizem fazer ela não acontece, pois como nos afirmam Bamat e Leno Neto (1998) “a reforma agrária não termina com a desapropriação de uma propriedade e o assentamento do trabalhador rural numa parcela de terra”. Mas é apenas o inicio, algo mais precisa ser feito, como apoio com incentivos financeiro, capacitação técnica, irrigação principalmente na região do Semiárido Nordeste, eletricidade para que aqueles que tanto buscam ocupar a terra possam se manter nela. Muito se discute, pensa e analisa a respeito da verdadeira reforma, mas nada se realiza.

Portanto, enquanto nada se faz os camponeses continuam lutando para conseguir se apropriar dos frutos do seu trabalho (MOREIRA, 1997). E qual a visão que eles têm da representação da reforma agraria? Para eles seria uma maneira de distribuir a riqueza e permitir que o homem do campo se torne um verdadeiro cidadão, com seus direitos e deveres, infelizmente mais deveres que direitos.

O problema da questão agraria não é um fato isolado da Região Nordeste, mas também das demais regiões brasileiras. E categoricamente podemos afirmar que esse problema só tende a aumentar, pois cada dia as grandes propriedades crescem, como? Apossando-se das pequenas propriedades seja comprando, onde por falta de incentivos dos Governos e capacitação para o homem do campo ele é obrigado a vender a sua propriedade ou por imposição da força, as famílias são obrigadas a abandonarem o que conquistaram com muita luta. “A reforma agrária é compreendida como uma política importante de distribuição de terra, como forma de impedir a intensificação da expropriação” (RAMOS FILHO, 2013, p.252 *In* CONCEIÇÃO et al, 2013).

A terra e/ou território para o capital torna-se mercadoria concentradora de riqueza, poder, meios de conseguir ou obter crédito por meios de financiamento, enquanto para o camponês o sentido é contrário. A terra possui características de moradia, provimento para a família, enfim a constituição da vida. Desse modo

retirar/expropriar a terra de um camponês é tirar-lhe a sua forma de reprodução material.

Na Região Nordeste a concentração fundiária tem aumentado significativamente como mostra a tabela 2, contribuindo para o aumento dos conflitos territoriais, do êxodo rural devido às apropriações indevidas dos grandes latifundiários às pequenas propriedades e a exploração da mão-de-obra. Por isso surgiram e surgem vários movimentos, como MST, CPT, MLT, MCL e VC, como forma de combater esses problemas.

Tabela 2: Região Nordeste – Imóveis Rurais: Número e Área

	2.010		2.003		Variação da área
N. IMÓVEIS - TOTAL	1.440.404		1.206.936		
ÁREA TOTAL	109.889.860		84.410.543		
Categoria	Nº	Área-Ha	Nº	Área-Ha	
Minifúndio	1.095.651	16.127.817	925.584	13.741.872	17,4%
Pequena Propriedade	251.744	24.424.822	210.743	19.982.682	22,2%
Média Propriedade	73.012	26.483.500	53.954	19.433.685	36,3%
Grande Propriedade	19.997	42.853.720	16.655	31.252.305	37,1%
Grande Produtiva	4.715	7.288.770	4.450	6.502.432	12,1%

Fonte: Teixeira, 2011

Como podemos ver e constatar na tabela 2 a grande propriedade aumentou 37,1% de sua área entre 2003-2010, enquanto no mesmo período a pequena aumentou apenas 22, 2% de sua área. Isso mostra que a situação da Região Nordeste é concomitante as demais regiões, onde cada vez mais o latifúndio aumenta e conseqüentemente as pequenas propriedades são extintas, o que causa o crescimento da miséria, da desigualdade social e do caos urbano.

2.2 AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA

Como os demais movimentos, as Ligas Camponesas tiveram grande importância no cenário agrário brasileiro e principalmente na Paraíba. As ligas constituíam uma entidade que organizava os camponeses em torno da luta pela Reforma Agrária. Seu surgimento ou organização se deu a partir de discussões

entre os representantes do PCB (Partido Comunista do Brasileiro) no início do seu surgimento em 1924 (SILVA, 2003).

O PCB apoiou a causa dos camponeses até então não “organizados” como podemos ver em um trecho da Resolução do II Congresso do Partido Comunista do Brasil “Tudo está ainda por fazer. Mas é absolutamente necessário e urgente iniciar um trabalho sério e sagaz para resolver a questão sobre [...] as relações do P. C. B e as massas camponesas”.

Apesar do apoio, ainda demorou certo tempo para que realmente as Ligas Camponesas iniciassem suas atividades organizacionais juntamente com o partido. Houve a priori a criação de Comitês Camponeses e só na III Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasileiro em julho de 1946 que se decidiu colocar em prática o que já havia sido discutido nos congressos e reuniões com os camponeses.

Com a ilegalidade do Partido Comunista esses embriões das ligas foram aos poucos dissolvidos. Na década de 1950 houve uma refundação das Ligas Camponesas, com alcance em vários estados brasileiros. A primeira tentativa de organização dos camponeses na Paraíba se dá segundo Mello (1992) no município de Alhandra. Outro fator importante para consolidação das Ligas na Paraíba conforme Silva (2003) foi o acontecimento da I Conferência dos Assalariados Agrícolas Camponeses Pobres do Nordeste que ocorreu em Campina Grande.

Apesar de todos os embates vividos pelos camponeses ainda se mantinha viva nos corações a esperança de conquistarem a tão sonhada terra para a Reforma Agrária. Naquela época Sapé era o centro da economia de várias oligarquias rurais paraibanas, diante disso foi o palco principal para o início da organização dos camponeses. A exploração dos grandes proprietários sobre os camponeses em Sapé ocorria de maneira agressiva, algo teria que ser feito e foi feito na busca de reforçar ideologicamente os camponeses daquela respectiva área, os militantes do PCB enviaram João Alfredo Dias o conhecido “Nego Fuba” para um curso de formação política em Recife.

Todos esses acontecimentos somados a volta do líder João Pedro Teixeira de Pernambuco foram armas importantes para a realização das primeiras reuniões em 1955. E como afirma Silva (2003):

Três anos mais tarde, não sendo permitida a sua sindicalização, trabalhadores da cidade e do campo fundaram em fevereiro de 1958 a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, que se constituiu, em pouco tempo, na maior Liga Camponesa do Nordeste, com mais de 15 mil filiados (SILVA, 2003, p. 220).

Diante disso é impossível não reconhecer as significativas contribuições das Ligas para o desenvolvimento que existe atualmente na Reforma Agrária brasileira, e principalmente paraibana, pois:

O camponês era vítima [...] e passou a ser violentado fisicamente pelos latifundiários. Analfabeto, sem assistência médica ou jurídica, ameaçado pelo capanga e pela polícia, desconfiava de tudo e de todos. Aceitava a situação de miséria como obra do destino. No instante, porém, em que tomou conhecimento de que estava submetido a uma cruel exploração, transfigurou-se: perdeu o medo. Transformou-se em um lutador vigoroso na defesa dos seus direitos e de seu futuro, a fim de garantir uma nova vida para os seus filhos. As Ligas Camponesas deram-lhe a conscientização da sua força (SOUZA, 1996, p. 11).

Enquanto o camponês vivia alienado, não reconhecendo a força que possuía os grandes latifundiários exerciam o seu poder, oprimindo e explorando a inocência daqueles que apenas buscavam a *priori* a sua existência, ou seja, o provimento para ele e sua família e a *posteriori* uma melhoria na condição de vida.

O que já foi discutido aqui e muitos outros fatores mencionados anteriormente nos levaram a estudar o tema em questão Paradigmas da Educação do/no Campo: um estudo de caso no Assentamento Nova Vivência Sapé-PB.

Pesquisar/estudar sobre a educação do/no campo vai muito além de entender currículos, planos de aula ou estruturas físicas (os ambientes), se trata de trabalhar com a vivência do trabalhador do campo, do que é necessário para ele continuar na terra conquistada com muito suor e muitas vezes até com sangue, é somar o empírico com o científico e fortalecer o camponês para mais uma batalha porque a luta ainda não chegou ao fim.

2.3 A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como temos visto cada vez mais se fala da Reforma Agrária no país, mas nada se faz realmente para ela acontecer, ainda se caracteriza como um sonho, uma

utopia que está longe de ser alcançada. Enquanto isso a luta pela terra não para, os camponeses continuam lutando tanto com os latifundiários como com os governos. Em primeiro lugar a luta é para conquistar a terra e em segundo para permanecer nela, pois quando conseguem a posse falta a infraestrutura necessária para permanecer na mesma, enquanto o capitalismo no campo cada vez mais é apoiado com grandes empréstimos a longo prazo, isenções de impostos para se instalarem, entre outras vantagens.

Nesse caso, para os Governos há mais vantagens na instalação de grandes empresas do que fazer a Reforma Agrária devida. Estamos perdendo as nossas terras agricultáveis de pequenos agricultores principalmente no Nordeste para as grandes indústrias produtoras da miséria chamada cana-de-açúcar. Lima (2013) em seu livro *Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” Nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco*, discute a transfiguração ocorrida na Zona da Mata para a chamada “Zona da Cana” como o próprio título assim o diz, isso por causa da invasão da cana até nas áreas de algumas cidades da Paraíba, como Sapé, Marí, Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto, Pedras de Fogo e Caaporã.

Assim, a questão agrária surge em contradição à estrutura vigente do capitalismo, a forma egoísta e monopolista de uso da terra, e por isso há tantos conflitos por ser um espaço de destruição e recriação de relações sociais. “A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos” (FERNANDES, 2008, p. 176), mas como diz o ditado popular o maior cego é aquele que não quer ver. As pessoas não veem a ocupação da terra como algo positivo, mas negativo, como uma “invasão” das terras alheias, pois estão alienados pela arma mais poderosa do capitalismo a mídia.

Mas apesar de tudo isso, para Andrade (1986) a questão agrária tem voltado com muita força no cenário das atenções da sociedade nos últimos tempos. Segundo ele, isso tem ocorrido através de algumas ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), trazendo o tema de volta ao cenário político, estimulando várias pesquisas e discussões sobre a Reforma Agrária no país.

Mesmo assim os conflitos no campo não param e diante desse cenário várias organizações tem sido de grande importância para apoio aos camponeses, mas

duas ganham destaque o MST e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) como afirma Buainain (2008):

Os conflitos assumiam principalmente o caráter de violência contra o indivíduo, pois os pequenos produtores e trabalhadores migrantes, [...] não logravam estabelecer uma estratégia de resistência e atuação que colocasse o conflito de terras em uma dimensão política. É nesse contexto que surge a Comissão Pastoral da terra (CPT), uma das instituições mais atuantes na área de defesa dos direitos dos trabalhadores envolvidos em conflitos agrários em geral (BUAINAIN, 2008 p. 44).

Nessa perspectiva para Caume (2006) o assentamento de reforma agrária seria um meio pelo qual os camponeses poderiam continuar resistindo e lutando para permanecer na terra, pois se define como:

Um espaço social específico, singularizado pela presença de uma rede de relações de poder envolvendo trabalhadores rurais assentados e as múltiplas instâncias sociais que aí intervêm (Estado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e agentes religiosos em particular (CAUME, 2006 pp. 10, 13).

Desse modo, os assentamentos de Reforma Agrária são vistos como um lugar marcado por e a partir de relações de forças (poder), de conflitos entre diferentes organismos que trabalham no sentido de produzir nesse determinado espaço.

A formação de um assentamento de reforma agraria representa para os camponeses muito mais que possuir terra, significa o inicio de uma nova vida, novas perspectivas para um futuro que estava tão distante.

Em meados da década de 1980 os trabalhadores transformaram a luta pela terra em luta pela Reforma Agrária, sendo agenciadas por poderosas instancias de mediação, como o MST, a CPT e o sindicalismo rural.

O Estado atendendo a esse anseio dos trabalhadores rurais, estaria dando a “resposta” as demandas sociais pela terra. Essa política de assentamento se caracteriza como uma forma de controle do Estado para os conflitos ocasionados no campo, que cada vez mais tem aumentado, devido às práticas adotadas pelos fazendeiros/capitalistas como grilagem, compra forçada e invasão das terras.

Pensando nos conflitos que vem ocorrendo no campo cada vez mais exacerbado, surge à pergunta será que um dia o povo vai ter alguma alternativa além de lutar e morrer, como ressalta Martinez (1933, p. 4) “o viver isto é, a

faculdade de dispor de condições dignas de vida, tem sido apenas uma esperança, uma promessa que se repete sempre e nunca se concretiza”. O camponês sempre lutou por melhores condições de vida, mas as dificuldades têm crescido cada vez mais com o desenvolvimento das grandes indústrias do campo.

Uma das ferramentas utilizadas como forma de diminuir essa disparidade entre o camponês e as demais instituições (capital, indústrias e governos) é a educação do/no campo, um tema que está sendo constantemente discutido no cenário político brasileiro. Pois como afirmam Vendramini e Machado (2011, p. 45) “educar é fundamentalmente formar para transformar a sociedade”, só podemos começar uma transformação das condições vividas hoje pelos camponeses, a partir do momento em que eles próprios se conscientizem da sua real situação.

Diante disso, o que essa educação do/no campo contribuiria para o desenvolvimento do assentamento ou acampamento? A proposta da educação do campo é trazer conhecimentos adequados e específicos as reais necessidades do camponês, possibilitando o conhecimento do processo de luta e ocupação da terra de cada assentamento ou acampamento, novas técnicas de plantios e do uso adequado do solo, além do fortalecimento dos mesmos ideologicamente a partir de cursos oferecidos as novas gerações a fim de continuarem na terra conquistada com tanta luta. Por isso, para Ribeiro (2010, p. 187) podemos “entender a educação como uma prática social na qual estão compreendidas as questões essenciais do viver em sociedade”.

Com uma educação do campo e para o campo, o camponês pode lutar de uma forma mais igualitária com as grandes massas detentoras de terras e concomitantemente do poder. Conforme Fernandes (2008) a educação do/no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas, nisso frisamos que uma educação voltada para o campo é imprescindível para o desenvolvimento do mesmo.

Concomitantemente ao processo de Reforma Agrária a educação do campo também encontra bastantes dificuldades em seu processo de implantação, pois os mesmos detentores do poder que lutam para que não aconteça à Reforma Agrária, lutam também para que a EC não seja difundida, porque o conhecimento liberta a pessoa da escuridão chamada ignorância e com certeza a classe capitalista não

quer que os camponeses tenham conhecimento e descubram o grande poder que possuem em suas mãos.

Enquanto o capitalismo for o sistema prioritário do Brasil as coisas continuarão da mesma forma, pois cada vez mais os Governos investem nas grandes empresas produtoras de miséria, escravidão e morte e se esquecem daqueles que realmente necessitam de apoio para produzirem a vida, em especial a sua própria.

Diante do que foi discutido, analisado e ratificado do atual histórico do Brasil e em destaque a Região Nordeste, iremos nos aprofundar um pouco mais sobre o assunto focando em nosso objeto de trabalho o Assentamento Nova Vivência, onde a partir de pesquisas *in loco* poderemos ou não confirmar nossas hipóteses anteriormente levantadas e posteriormente contribuirmos com o nosso trabalho para o melhoramento da vida dos assentados.

3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA

O Assentamento Nova Vivência é pertencente à zona rural do município de Sapé-PB, o mesmo está localizado segundo o IBGE (2008), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na mesorregião da Mata paraibana e na Microrregião de Sapé. Possui uma população de 50.143 habitantes em uma área territorial de 315,532 km², com uma densidade demográfica de 158,92 hab/km² (IBGE, 2010).

O Assentamento Nova Vivência denominado de antiga fazenda Sapucaia está localizado a 2 km do município de Sobrado e a 7 km do município de Sapé - Paraíba. Tinha como antigo proprietário o senhor Langustai de Almeida, na época a terra servia para a criação de gado sendo a maior parte para arrendar. O acampamento Barramares, chegou à fazenda Sapucaia no dia três de novembro de 1997, tendo inicialmente 80 famílias, sendo estas divididas para outras áreas restando apenas no referido local 48 famílias. As referidas famílias se deslocaram basicamente do litoral sul da Paraíba conforme Luna (2008).

Como já discutido anteriormente os problemas com a distribuição de terras no Brasil perpetuam-se há muito tempo causando grandes conflitos como afirmam Conceição e Arakaki (S/N) que “a questão agrária no Brasil é conflituosa porque colocou à margem da propriedade aqueles que realmente trabalhavam na terra”, isso é um problema que cada dia só aumenta. Conforme Bamat e Leno Neto (1998) A questão agrária e a Reforma Agrária no Brasil não são algo que já se passou mais continuam atuais e se colocam no meio do debate nacional como ferramentas para ajudarem no combate as desigualdades sociais em geral.

Diferentemente do que já foi ressaltada acima a ocupação da área territorial hoje pertencente ao Assentamento Nova Vivência se deu de uma forma diferenciada em relação aos acontecimentos pertinentes a questão agrária no Brasil.

Segundo os assentados entrevistados o fazendeiro Langustai de Almeida já mostrava o interesse de desapropriar-se do imóvel e não resistiu à ocupação da terra de forma violenta (confronto físico), apenas pediu a eles (os acampados) que “não mexessem no que era dele”⁴ e não passassem em uma determinada área da fazenda, o que logo foi descumprido. Afirmaram ainda que para não ocorrer o

⁴ Fala de um assentado ao referir-se a uma pequena produção de inhame pertencente ao irmão do dono da fazenda.

consumo de suas plantações porque ainda não produziam nada o fazendeiro dispôs-se a dar cestas básicas.

Esse acontecimento diferenciado do fazendeiro de não resistir à ocupação era para ser algo comum no Brasil, pois apenas se fez cumprir o Art. 184 da Constituição Federal Brasileira, onde é descrita assim:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (SENADO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Art. 184 p. 32).

A partir desses acontecimentos e apoiados pela CPT, dirigiram-se ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para fazer uma vistoria nas terras a fim de considera-las improdutivas como de fato aconteceu. O termo de posse só veio mais tarde no ano de 1998, logo começaram a trabalhar. Sem a divisão das terras de forma padronizada plantava-se onde eles consideravam melhor, usavam a terra como um bem comum de todos. Atualmente o assentamento ainda é constituído pelas 48 Famílias anteriormente mencionadas e cadastradas ao INCRA, distribuídas em uma área territorial de 671, 0494 ha⁵, cada uma constitui-se com 10 hectares variando de acordo com a qualidade do solo e sua declividade.

3.1 A AGRICULTURA E A PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA

Após a conquista da terra, o próximo passo a ser dado era produzir, segundo os assentados inicialmente o INCRA forneceu uma quantia em dinheiro (não informada) para compra de ferramentas e logo após, outra para plantio. Mas posteriormente continuaram como os demais assentamentos de Reforma Agrária do país sem o apoio técnico e financeiro.

Os próprios afirmaram que muitos dos que conseguiu plantar perderam suas plantações devido à falta de formação técnica e a estiagem e outros tantos não plantaram nada, pois não tinham o que comer e destinaram o dinheiro para

⁵ A área total mencionada refere – se à soma dos Lotes, da Área de Preservação Ambiental (APA) e do açude.

alimentar a sua família, sem o mesmo como se diz popularmente ‘voltaram à estaca zero’, pois sem o dinheiro a terra continuava sem produzir. A maneira de conquista da terra pode ter sido diferenciada, mas os tratamentos dos órgãos responsáveis na capacitação e orientação continuam sendo os mesmos de todos os outros.

Sabemos da grande importância da agricultura familiar, pois segundo pesquisas realizadas, 70% dos alimentos produzidos para consumo interno vêm da agricultura familiar, podemos destacar isso na fala comumente usada pela camponesa Rosineide Alves de Tavares, 38 anos (Dona Tina) que “se o campo não planta a cidade não janta”.

A Constituição Federal Brasileira em seu Artigo 187 discute qual a maneira correta de procedimento em relação aos assentamentos de reforma agrária sendo definida assim:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I – os instrumentos creditícios e fiscais; II – os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III – o incentivo a pesquisa e a tecnologia; IV – a assistência técnica e extensão rural; V – o seguro agrícola; VI – o cooperativismo; VII – a eletrificação rural e irrigação; VIII – a habitação para o trabalhador rural (SENADO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, Art. 187 p. 32).

Todas essas determinações categoricamente afirmando não são cumpridas e a maior parte ou todos os assentamentos da Paraíba se encontram falidos, a consequência disso é que os assentados muitas vezes são obrigados a abandonarem ou venderem suas terras e voltarem para os locais de onde vieram ou proliferarem cada vez mais as periferias das cidades de pobreza e miséria.

Apesar do que já foi citado acima dos assentamentos na Paraíba, ainda não podemos categoricamente afirmar isso do Assentamento Nova Vivência, pois muitas famílias apesarem das dificuldades que não são poucas conseguem cultivar frutas, hortaliças, legumes, grãos, aves, caprinos e bovinos tudo para consumo próprio e venda em feiras locais ou de porta em porta. Porém vale salientar que a maioria destas famílias não tem sua renda formada apenas das produções, e sim de outras funções.

Segundo Luna (2008) 23 pessoas exercem outras funções discriminadas assim: 03 funcionários públicos, 01 funcionário de estabelecimento particular, 08

autônomos, 07 aposentados e 04 outros. Ainda segundo o autor, buscam essas funções para complementar a renda e adquirir os alimentos que não produzem.

Nas figuras 1 e 2 podemos ver duas plantações que são comuns no assentamento, principalmente a de hortaliças devido a sua rápida produtividade e fácil manutenção. No caso do camponês (figura 1) uma boa parte do que ele produz é destinado para merenda nas escolas conforme projeto do Governo Estadual onde, 30% da merenda escolar tem que ser adquirida da agricultura familiar.



Figura 1: Plantação de acerola.
Fonte: Gomes e Luna (2014)



Figura 2: Plantação de hortaliças.
Fonte: Gomes e Luna (2014)

No caso da figura 2 no primeiro momento em que visitamos e entrevistamos o camponês, foi perguntado se o mesmo utilizava alguma substância para combater as pragas e ele afirmou que sim, mas não foi possível confirmar essa informação através de fotos. Em outra visita percebemos uma coloração amarelada (figuras 3 e 4) na vegetação rasteira gramínea (comumente chamada de mato pelos camponeses), e perguntado por que a vegetação estava daquela forma ele nos afirmou “utilizei um negócio para matar o mato”, ou seja, constatamos o uso do agrotóxico, o que acarreta contaminação do solo, da água e a própria produção.

Neste caso em especial a contaminação da água é muito simples de acontecer, pois a lavoura do referido camponês se encontra em uma área de grande declividade, onde logo ao fim desta foi construído uma pequena barragem para armazenamento d’água para irrigação de sua produção de acerola, assim a partir do momento da irrigação a água tem grande facilidade de escoamento para a pequena barragem, sendo utilizada água contaminada em sua plantação conforme figuras 3 e 4.

Porém a uma justificativa para isso, muitos se utilizam do uso de defensivos e/ou de agrotóxicos devido a grande concorrência injusta entre o pequeno camponês e os grandes latifundiários, sendo estas algumas alternativas que lhes ajudam a produzir mais rápido e em grande quantidade.



Figuras 3 e 4: Utilização de agrotóxico na vegetação
Fonte: Gomes e Luna (2014)

A produção dos animais nos quintais dos assentados (figuras 5 e 6) é prioritariamente destinada para consumo próprio, restando pouca quantidade para venda nas feiras, pois o incentivo a essa produção é equivalente à agricultura.

O fato mais importante que devemos ressaltar a respeito dos animais é a criação destes dentro da Área de Preservação Ambiental, o que tem contribuído para conflitos dentro do assentamento, principalmente por aqueles que têm certo conhecimento da necessidade de preservar a área.



Figura 5: Criação de galinha.
Fonte: Gomes e Luna (2014)



Figura 6: Criação de pato.
Fonte: Gomes e Luna (2014)

Sendo assim, apesar de não está em falência total o assentamento como já foi descrito passa por dificuldades relacionadas às questões de apoio financeiro e

técnico dos órgãos públicos que deveriam dar assistência. Alguns proprietários tem dificuldade em produzir principalmente no tempo da estiagem e necessitam da irrigação, que pode ser feita do açude do assentamento, porém alguns lotes ficam distantes dele inviabilizando a irrigação com condições próprias.

Se manter no campo nos dias atuais já é algo difícil e se continuarem sem o apoio devido estaremos caminhando para o nível do impossível. Já não basta todo o processo enfrentado para conquistar a terra (os conflitos, o desprezo e a morte) ainda se têm que enfrentar o abandono daqueles que deveriam ser os mais interessados em ajudar a população? Isso não pode continuar.

Diante desses acontecimentos podemos ainda citar mais um problema gerado pela falta de estrutura aos assentados, a introdução do plantio de cana-de-açúcar dentro do assentamento. Muitas famílias pela dificuldade de plantar acabam cedendo às terras de forma arrendada para as usinas o que contraria toda a linha que seguem os movimentos sociais. Mas o problema da cana-de-açúcar não fica estagnado apenas na utilização da área, e sim nos problemas ambientais, exploração da mão-de-obra local e contaminação das plantações circunvizinhas, além de forçar os trabalhadores rurais a se tornarem assalariados.

Apesar desse acontecimento que não é isolado, mas que também não pode ser generalizado, os camponeses e/ou os pequenos agricultores conforme atestam Moreira e Targino (1997, p. 280) nunca deixaram de lutar, ao contrário, lutam “por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito de não só permanecer com a terra e na terra, como de nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna”, possuir a terra e não poder produzir nela é a mesma coisa que ter um carro e não saber guiá-lo.

4 OS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Hoje no Brasil, a educação do/no campo vem conquistando espaços, tanto na agenda política, quanto nas produções acadêmicas das mais diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a geografia. No entanto, essas conquistas são consequência da organização e luta dos movimentos sociais do campo que adotaram a educação como uma das suas bandeiras de reivindicações, buscando melhores condições e oportunidades, para desenvolver um ensino e uma escola voltados para a questão do campo, para os interesses e as reais necessidades dos camponeses que, mesmo com algumas mudanças já ocorridas, ainda sofrem muito com o descaso dos governos (GOMES e NOGUEIRA, 2012).

Fernandes (2001) *apud* Souza (2006, p.15) define a Educação do Campo como “um território de conhecimentos que está sendo construído para que se possa compreender o mundo desde suas raízes”. Pressupõe-se então que a EC possa instigar as novas gerações para conhecer o processo de formação territorial que seus pais passaram até conseguirem a posse da terra ocupada. E assim diminuir/excluir a ida do homem do campo para a cidade, além de acabar com as desigualdades que existem entre a população do campo e a urbana.

Em 1998 com a criação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), que possuía o objetivo de criar ações voltadas para a educação de jovens e adultos partindo da alfabetização ao nível superior, além de cursos profissionalizantes a Educação do Campo ganha maior destaque no âmbito nacional. Nasce uma nova visão para a educação (RIBEIRO, 2010).

Segundo Nogueira (2010):

O MST foi descobrindo que as escolas tradicionais não tinham lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumaram ter lugar para outros sujeitos do campo. Ou porque sua estrutura formal não permitia o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar (NOGUEIRA, 2010, p.43).

Partindo dessa perspectiva é que a escola do campo pode ser considerada como um elemento territorial, ou seja, uma territorialidade que pode vir a ser um instrumento de reprodução social e territorial do campesinato. É nesse sentido, que o estudo do paradigma da educação do/no campo se torna um objeto de análise

fundamental para a geografia compreender a questão agrária nesse limiar do século XXI. A educação do/no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas, nisso frisamos que uma educação voltada para o campo é imprescindível (FERNANDES, 2008).

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de Dezembro de 1996) propõe em seu artigo 28 medidas de adequação da escola à vida do campo. A oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Mesmo assim, ainda em pleno Séc. XXI podemos destacar sem generalizar que em algumas cidades da Paraíba não ocorre a Educação do Campo, mas a Educação rural, ou seja, a “mesma” disponibilizada na cidade, só que localizada no campo. Diante desta afirmação acima podemos destacar a situação do Assentamento Nova Vivência localizado no município de Sapé-PB, onde a educação propriamente dita do campo merece ser estudada à luz do conhecimento científico para se certificar de seus reais objetivos, mais especificamente, onde um único estabelecimento de ensino se responsabiliza pela educação dos assentados.

4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O histórico do desenvolvimento da educação do campo está marcado pelos grandes conflitos dos movimentos sociais que reivindicam não só uma boa educação como também uma Reforma Agrária que venha beneficiar a todos. Mas como podemos analisar através de estudos o camponês sofre com o abandono e o descaso dos Governos, tanto no sentido econômico como educacional.

Diante desses pressupostos, o Movimento Sem Terra (MST) têm sido de grande importância no processo de aceitação da educação do campo reivindicando melhorias e adequações que possibilitem a compreensão da realidade vivida pelo

camponês, muitas vezes, esquecida e/ou marginalizada nas escolas no espaço urbano. Esse processo ocorre devido à alienação das pessoas que conhecem ou tentam conhecer a vida camponesa através das mídias.

Desse modo, com os levantamentos iniciais e através das aulas teóricas e práticas nos componentes curriculares de Estudo do Espaço Agrário e Prática Pedagógica I, surge o desejo de analisar e compreender as problemáticas da questão agrária e a educação do campo. Tendo em vista detectar problemas e sugerir alternativas que viabilizem sua existência e permanência na terra de maneira digna.

Como já relatado anteriormente o precursor desse movimento por uma Educação do Campo foi o MST que “quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os trabalhadores sem terra também começaram a lutar por escolas no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 59), com o intuito de conseguir formar uma escola que realmente tivesse sentido a sua vida no campo, além de criar propostas pedagógicas específicas. Ainda segundo a autora, “desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teria uma escola, e de preferência que não fosse qualquer escola”.

Na concepção de Souza (2012) a EC:

Se trata de uma construção coletiva, que tem início com os questionamentos das práticas desenvolvidas nas escolas localizadas nos assentamentos da reforma agrária, e é ampliada para o âmbito das políticas, em especial as lutas pelo acesso à educação básica e superior, contra o fechamento de escolas, pela formação dos professores e infraestrutura adequada nas escolas. É uma construção coletiva que surge fora dos muros escolares, porém questionando a lógica educacional tradicional (SOUZA, 2012, p. 748).

A educação como um todo torna o homem capaz de compreender e modificar o mundo a sua volta (GOMES e NOGUEIRA, 2012). Para Gadotti (2003, p. 61) “a educação é um fenômeno social, portanto, produto e produtor de várias determinações sociais”. Diante desses pensamentos podemos indagar qual seria o papel da educação para o homem do campo? A resposta é simples, conscientizá-lo dos problemas existentes a sua volta e “gerar uma autoconfiança individual e coletiva, numa sociedade onde os interesses individuais superam as aspirações da

grande maioria vítima da desumanização social” (RICHARDSON, 1998 *apud* FREITAS, 2008, s/n).

Desse modo, entender a questão agrária e a Educação do Campo permeia uma discussão complexa, mas de grande importância para a vida no campo, pois “educar é fundamentalmente formar para transformar a sociedade” (VENDRAMINI e MACHADO, 2011, p. 45). Assim para Ribeiro (2010, p. 187) podemos “entender a educação como uma prática social na qual estão compreendidas as questões essenciais do viver em sociedade”.

Os movimentos sociais foram e continuam sendo as grandes massas que defendem e procuram realmente adequar a educação as reais necessidades daqueles que vivem no campo e que são colocados a margem da sociedade por causa do seu modo de pensar, ver e viver no mundo totalmente capitalista.

4.2 ANÁLISE DA ESCOLA DO/NO CAMPO NO ASSENTAMENTO NOVA VIVÊNCIA

Diante do que discutimos anteriormente as escolas do campo devem proporcionar aos seus alunos formas que venham lhes ajudar no real modo de vida e não o que se aprende nas escolas tradicionais burguesas. Assim, inicialmente procuramos com os professores da referida escola compreender a maneira utilizada deles para mediatizar o conhecimento a seus respectivos educandos.

Questionados a respeito se a educação oferecida pela Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Assentamento Nova Vivência corresponde com as reais necessidades dos alunos do assentamento, alguns professores relataram que o ensino oferecido se adequa, porém:

É importante notar que a característica da escola do campo está centrada em três aspectos: 1) identidade construída no contexto das lutas empreendidas pela sociedade civil organizada, especialmente a dos movimentos sociais do campo; 2) organização do trabalho pedagógico, que valoriza trabalho, identidade e cultura dos povos do campo; 3) gestão democrática da escola, com intensa participação da comunidade (SOUZA, 2011, p. 32).

Isso não ocorre na referida escola, pois ela é gerida pela Prefeitura de Sapé-PB, que não lhe dá subsídios para construção de uma escola compreendida como do campo. Segundo a ex-diretora da escola e assentada à senhora Rosineide Alves

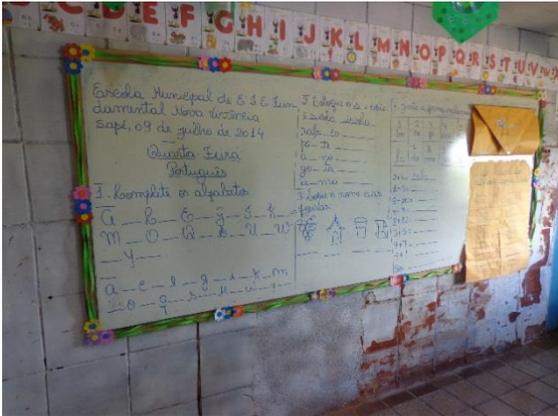
de Tavares, existe o sonho de construir um prédio próprio, que funcione realmente como uma escola do campo e gerida pelo próprio assentamento, como forma de fortalecimento dos jovens que a cada dia estão sendo submergidos pelo pensamento de migrar do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Para os assentados a educação do campo é de grande importância para fazer com que as novas gerações entendam o processo decorrido não só da conquista da terra em que estão assentados, mas de todo o contexto histórico dos movimentos sociais do campo. Por isso que os assentados relatam que:

A primeira coisa que a gente se preocupa ao virar assentamento é com a educação dos nossos filhos, porque assim a gente fortalece a nossa terra, o assentamento, já que quanto mais gente estudada, melhor pra gente. Queremos que eles estudem para ter um futuro melhor do que o da gente, pois o futuro está na educação, se não for na educação é trabalhar de peão ou na roça, e trabalhar na roça com essas condições não é bom, é o maior sacrifício, a gente não tem o apoio de nada e de ninguém, a gente é esquecido aqui, se não era outra coisa. (Assentamento de Sementes e Mudanças, Cruz do Espírito Santo, janeiro de 2009) *Apud* Nogueira (2010, p.47).

Realmente as condições de vida no campo, principalmente no Brasil não está nada fácil como citado acima falta apoio técnico, financeiro entre outros e com a Educação do Campo não é diferente, muitos professores ensinam em escolas do campo e não conhecem nada da formação do assentamento e da questão agrária geral, o que vão contribuir para a formação das crianças ou dos adultos que estão sendo instruídos pelos professores formados nas escolas tradicionais e sem nenhuma capacitação em Educação do Campo.

Na referida escola, objeto de nosso estudo só 01 professora no total de 04 entrevistadas, mencionou que estava fazendo uma capacitação voltada para o ensino em escola do campo e mesmo assim como nos foi possível ver continuava ensinando da maneira tradicional com conteúdos oriundos apenas dos livros didáticos (figuras 7 e 8), mas a culpa é apenas dos professores? Dos assentados? Dos Governos? É uma pergunta que ainda está muito longe de ser respondida. Os paradigmas da EC são inúmeros e complexos e a solução deles ainda mais.



Figuras 7 e 8: Conteúdo ministrado pelos Professores na escola do assentamento.
Fonte: Gomes e Luna (2014).

Diante da agenda política a EC igualmente a questão da reforma agrária tem sido bem discutido, mas muito se fala e nada de faz. Anteriormente conforme Souza (2011) uma grande parte da população atrelada ao campo não sentia a necessidade de instrução, mas atualmente nós vemos a constante luta da população camponesa pelo conhecimento, não só como forma de alfabetizar-se, mas como mais uma arma para lutar contra as desigualdades em todos os âmbitos.

Regressando as entrevistas com outros professores, muitos deles citaram que algumas dificuldades encontradas estão relacionadas à estrutura do local (figuras 9 e 10), a falta de material adequado, entre outros. Porém ao se tratar da Educação do campo o próprio campo é a principal ferramenta de trabalho do professor, o problema é que entre as opções de querer e fazer a maioria dos professores sempre optam pela primeira.

Para Saviani (2008, p.172) a Educação do Campo propõe “a reflexão e elaboração teórica de princípios político-pedagógicos articulados às práticas educativas desenvolvidas no interior das lutas sociais levadas a efeito pelos ‘povos do campo’”. Ou seja, ela forma e capacita o povo do campo para lutarem em igualdade com as demais esferas, seja Governo ou os grandes latifundiários.



Figuras 9 e 10: Precarização da escola do Assentamento.
Fonte: Gomes e Luna (2014).

Ao analisar a Educação do Campo surge a pergunta: quais os motivos que causam a necessidade de existência de uma educação do campo e para o campo? A resposta conforme D'Agostini *In* Vendramini e Machado (2011, p. 161) é clara e evidente “a questão agrária e a luta pela terra”, essas duas atreladas às desigualdades e a marginalização do camponês tornam a EC cada vez mais necessária.

Na escola e no próprio Assentamento Nova Vivência não é diferente. Principalmente na escola precisa de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que seja de acordo com as necessidades vivenciadas na esfera do campo, o que nos foi afirmado pela diretora que ainda não está adequado. Enquanto isso a situação que diz respeito à orientação dos alunos continua da mesma forma.

Se a alienação educacional continua, respectivamente vai continuar as desigualdades, as explorações, a mão-de-obra escrava e demais outros, pois a educação prioritariamente do campo liberta a mente para entender e discutir o mundo a sua volta. Sem ela isso não ocorre.

4.3 ESCOLA DO CAMPO OU NO CAMPO?

Antes de chegarmos à conclusão de qual o modo de ensino da E. M. E. I. F. A. N. V, precisamos analisar e entender as características correspondentes à escola do campo e no campo. Arroyo (2004) diz que:

Quando situamos a educação como um processo de transformação humana, de emancipação humana, percebemos quanto os valores do campo fazem parte da história da emancipação humana. Então, como a escola vai trabalhá-los? Será que a escola vai ignorá-los? Será suficiente pegar o livro da cidade e apenas adaptá-lo? A questão é mais fundamental, é ir às raízes do campo e trabalhá-las, incorporá-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e que também pede educação (ARROYO, 2004, p. 80).

A partir do que vimos aqui nesta citação a escola realmente do campo é aquela que trabalha pautada na vivência e no cotidiano dos movimentos sociais, incentivando os camponeses a lutarem pela terra, por seus direitos e por uma educação estritamente do campo. “A noção de educação do campo surge através das práticas nos movimentos sociais e que vão se consolidando ao longo da história recente do Brasil, se contrapondo a noção de educação rural” (VALADÃO *In* SOUZA, 2011, p. 43).

A educação no campo/rural se caracteriza por ser a mesma oferecida na cidade, só que localizada no campo, sem atender as reais necessidades do povo do campo e ainda contribuindo para que as gerações futuras migrem do campo para a cidade buscando condições propícias de vida. Diante dessas discussões e o que nós alisamos na escola do assentamento percebemos que a educação oferecida na mesma se caracteriza como educação rural conforme características já mencionadas anteriormente.

O que poderia ser feito como forma de amenizar as consequências já adquiridas durante muito tempo na escola rural do Assentamento Nova Vivência seria em primeiro lugar capacitar os professores que já lecionam e posteriormente a construção de uma escola no assentamento com professores do próprio assentamento para que os alunos sejam instruídos no seu real modo de vida e não se adequar a da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos constantes conflitos agrários de luta pela terra ocorridos no Brasil, vimos que os movimentos sociais tem ganhado grandes destaques devido a constante insistência em fazer uma verdadeira Reforma Agrária que acabe com as grandes propriedades de terra e por fim com os latifundiários, enfim isso ainda não foi possível, mas a luta continua.

Assim a nossa pesquisa foi de grande importância para entendermos os paradigmas da educação do/no campo, o processo de ocupação da terra e os conflitos enfrentados pelos camponeses do Assentamento Nova Vivência para permanecer na terra. No desenvolver da pesquisa, através das entrevistas realizadas com os assentados e professores pudemos confirmar a maioria das hipóteses, e apenas uma foi desconstruída a que faz menção ao processo de luta e ocupação da terra.

Ou seja, não houve conflito, pois o fazendeiro já tinha o interesse de se desfazer da propriedade, o que não condiz com a situação da maioria dos assentamentos no Brasil, onde é frequente ocorrer disputa entre os latifundiários e os camponeses, mas igualmente os demais, os problemas são os mesmos falta de financiamento para produzir na terra, falta de assistência técnica e falta de uma Educação apropriada para o povo do campo.

A produção agropecuária do assentamento não ocorre em grande quantidade, conforme as dificuldades já mencionadas anteriormente. Quase toda a produção é destinada para consumo das famílias e o excedente é destinado para a venda em feiras e de porta em porta nas cidades circunvizinhas como Sobrado, Sapé e Marí/PB. Basicamente todas as famílias complementam sua renda exercendo outras funções.

Refletindo a respeito do nosso objetivo principal no Assentamento Nova Vivência que é a análise da educação oferecida pela prefeitura da cidade de Sapé-PB, chegamos à conclusão que não ocorre à educação do campo propriamente dita aquela que trabalha de acordo com a vivência e as reais necessidades do homem do campo, mas a educação rural aquela mesma oferecida na cidade que aliena, distorce e acaba com as perspectivas das novas gerações em permanecer no campo.

Mediante o que já foi mencionado anteriormente, percebemos que tanto a educação, quanto as demais necessidades dos camponeses estão muito longe daquela que os próprios desejam e lutam. De maneira geral a educação no Brasil se encontra em decadência total, precisamos contribuir com nossas pesquisas, mas principalmente com ações que viabilizem uma nova educação. É utópico, mas continuamos sonhando com uma Reforma Agrária verdadeira e intensa que realmente mude as atuais características agrárias e educacionais do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade.** In SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de (Orgs.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul.** 1 Ed – São Paulo: Outras Expressões, 2011. 256p.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Atlas, 1986.

ARROYO. Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo.** In ARROYO; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica. **Por uma educação do campo.** Petrópoles/ RJ: Vozes, 2004, pp. 67-86.

BAMAT, Thomas e IENO NETO, Genaro (Orgs). **Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba.** João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998. 254 p.

BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares.** Passo Fundo: ED. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: ED. Universidade Federal de Goiás, 2006. 304 p.

CONCEIÇÃO, Diogo Antunes da; ARAKAKI, Suzana. **Trabalhadores rurais e política no Brasil no Periódico Terra Livre (1954-1964).** S/A.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. **Campesinato** In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 778 p.

D'AGOSTINI, Adriana. **A importância e a necessidade da teoria para a**

construção da escola do MST In VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Orgs). **Escola e Movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 216 p.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FREITAS, José Rodrigues da Silva e. **A escola rural e o ensino de Geografia na Comunidade Suspiro em Belém-PB**. Monografia de especialização da Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira-PB, 2008. s/n p.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Rafael Maxi de Oliveira; NOGUEIRA; Alexandre Peixoto Faria. A construção do paradigma da educação do/no campo e sua relação com a ciência geográfica. **Anais da V Semana de Geografia UEPB Campus III. A Práxis da Geografia: Reflexões do global para o local. Guarabira-PB, 2012**.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. 31 p.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “zona da cana” nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. 238 p.

LERRER, D. **Reforma Agrária. Os caminhos do impasse.** São Paulo: Editora Garçon, 2003. In: LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na “zona da cana” nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco.** 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. 238 p.

LUNA, Edno Paulino de. **Trabalho, Sustentabilidade e Consciência Ambiental do Assentamento Nova Vivência Sapé/Sobrado – PB.** Monografia de Graduação da Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira-PB, 2008, 77p.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1933.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada. Um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 30’.** João Pessoa/PB. Editora Universitária/UFPB. 2 Edição, 1992.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão.** 2º vol. João pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 332 p.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **Escolas do campo e formação territorial dos assentamentos de reforma agrária do município de Cruz do Espírito Santo-PB.** Profª. Drª. María Franco García. Dissertação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2010, 136 p.

OLIVEIRA, Maria Edilara Batista de. **Geografia do MST na Paraíba: a luta por uma educação do/no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares.** Orientadora Profª. Drª. Maria Franco Garcia. Monografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2007. 111 p.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A Contrarreforma Agrária no Brasil no Século**

XXI In CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. (Orgs). O capital e a ocupação de terras/territórios. São Cristovão: Editora UFS, 2013. 352 p.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 456 p.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SENADO FEDERAL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf. Acesso em 13/05/14

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960).** João Pessoa: Textoarte, 2003. 280 p.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **“Nordeste, O Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64”.** Londrina. Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

SOUZA, Maria Antônia de. (Org). **Práticas Educativas do/no Campo.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 304 p.

_____. **Educação do Campo, Desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, nº 120, p. 745-763, jul-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 135 p.

TEIXEIRA, Gerson. **Agravamento da Concentração das terras**. 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terras>. Acesso em: 13/05/14.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Educação do campo e ensino superior tecnológico: a experiência da escola latino-americana da agroecologia**. In SOUZA, Maria Antônia de (Org). **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 304 p.

VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (orgs.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 216 p.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ENTREVISTA

- 1 – Em que ano começou o processo de ocupação da terra e qual o ano de conquista da terra e início do assentamento?
- 2 – Houve conflito no processo de ocupação do assentamento
- 3 – Qual foi o primeiro passo dado após a criação do assentamento?
- 4 – Qual a maior dificuldade encontrada no início da formação do assentamento e atualmente?
- 5 – Qual era o meio de renda no início e como é composta a sua renda?
- 6 – Quantas famílias tinham no início e atualmente?
- 7 – Em relação à educação qual a sua visão?
- 8 – Que tipo de educação seria apropriada para vocês (assentados)?
- 9 – Qual o seu grau de escolaridade?
- 10 – Como vocês veem a opinião de algumas pessoas que morram na cidade em relação à ocupação de terras?
- 11 – Você acha que a reforma agrária no Brasil acontece ou é algo que está muito longe de acontecer?

APENDICE B – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES



ESTADUAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ENTREVISTA

- 1- O que você acha da educação que é oferecida aos alunos assentados?
- 2 - Você acha que a educação aqui oferecida é adequada as necessidades dos alunos do campo?
- 3 - As aulas aqui acontecem da mesma forma que na cidade?
- 4 - Você tem capacitação/especialização em educação do campo?
- 5 - Quantos alunos você tem em cada sala?
- 6 - As aulas acontecem apenas nas salas de aula ou extraclasse?
- 7 - O material didático é adequado aos alunos do campo?
- 8 - A escola possui o PPP?
- 9 - Ele se adequa a escola do campo?
- 10 - A escola segue o calendário agrícola?